

Processo:058/2019  
Tomada de Preços 001/2019  
Recurso contra habilitação

Recorrentes: SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA e  
RBC CAETANO SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI  
Recorridos: M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA E TELECO  
ENGENHARIA LTDA -EPP

**PARECER JURÍDICO**

Fora o presente processo licitatório encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, para emissão de parecer jurídico relativo ao Recurso administrativo apresentado por Séculus Construtora Ltda, contra habilitação das empresas M2 Engenharia e Construtora Ltda e Teleco Engenharia Ltda - EPP, bem como recurso contra inabilitação apresentado pela empresa RBC Caetano Silva Construções EIRELI, nos autos em epígrafe, do Processo Licitatório 058/2019, na modalidade Tomada de Preços 01/2019, que tem por objeto à "Contratação de Empresa Especializada em Engenharia, para a Execução de Obra de Construção de Seis Salas de Aula Padrão FNDE, no Bairro boa Vista IV, conforme TC PAR nº 110762/2017, firmado entre o Ministério da Educação, e o Município de Monte Carmelo - MG."

**I - DA ADMISSIBILIDADE**

Segundo se extrai do edital que rege o presente certame, o licitante poderá ofertar recurso no prazo de 05 (cinco dias), senão vejamos:

"88 - Observado o disposto no artigo 109 da Lei nº. 8.666/93, o licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado

da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Tomada de Preços”.

Já o art. 109 da Lei 8.666/93, assim estabelece:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

Portanto, verifica-se que os recursos foram oferecidos tempestivamente, motivo pelo qual passa-se a análise do mérito.

## **II - DO RELATÓRIO**

### **II.1 - DO RECURSO OFERTADO PELA LICITANTE SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA**

No mérito de seu recurso, a Licitante pleiteia, sejam inabilitados os licitantes M2 Engenharia e Construtora Ltda e Teleco Engenharia Ltda - EPP, sob os seguintes fundamentos:

A empresa M2 Engenharia e Construtora Ltda não teria cumprido as exigências dos itens 26.3 e 26.9 do edital, uma vez que o atestado de capacidade técnica fornecido pela mesma não contempla o objeto licitado.

Já em relação à Licitante Teleco Engenharia Ltda - EPP, a mesma não teria cumprido as exigências 26.2, 26.4 e 27.1 do edital, sob os seguintes fundamentos:

Quanto ao item 26.2, referente ao atendimento às qualificações Técnico-Profissional, que o licitante deveria apresentar a Prova de Inscrição ou Registro do licitante e do Engenheiro Civil - RT, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação, teria sido apresentado pela empresa Teleco certidão referente a arquiteto inscrito no CAU e não no CREA.

Já em relação ao item 26.4, teria o licitante Teleco descumprido a exigência de apresentar Acervo Técnico - CAT referente à engenheiro civil, responsável pela obra e que tenha comprovado a execução de obras similares ao objeto licitado, sendo que o atestado que fora apresentado não fora outorgado engenheiro inscrito no CREA e sim a arquiteto inscrito no CAU.

Por fim, sustenta a licitante Séculus, que a empresa Teleco, teria deixado de apresentar profissional responsável técnico pela obra, tendo apresentado igualmente como nos itens anteriores, arquiteto inscrito junto ao CAU.

## **II. 2 - DO RECURSO APRESENTADO PELA LICITANTE RBC - CAETANO SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**

Verifica-se dos autos do certame, que a Licitante RBC - Caetano Silva Construções EIRELI, insurge contra sua inabilitação, por não ter realizado a visita técnica, a teor do que disciplinava o item 42 e seguintes do edital.

Para tanto, sustenta a licitante RBC Caetano, que compareceu no prédio da prefeitura municipal de Monte Carmelo na data de 14/06/2019, às 16:05, para realização de cadastro e visita técnica, não sendo a mesma realizada em virtude de não haver servidor responsável pela realização da visita naquela data.

Diante do exposto, requer seja considerado habilitado para o certame, tendo em vista seu comparecimento à Prefeitura Municipal, para realização da visita técnica, que somente não ocorreu por não haver funcionário disponível quando de seu comparecimento na prefeitura municipal.

**É o que interessa à guisa de relatório.**

### **III - DO MÉRITO**

#### **III. 1 - DA HABILITAÇÃO DA LICITANTE M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - ATESTADOS QUE NÃO GUARDAM RELAÇÃO COM O OBJETO LICITADO**

A Licitante Séculus Construtora, afirmou em seu recurso contra habilitação de outrem, que a Licitante M2 Engenharia e Construtora Ltda, não teria cumprido as exigências dos itens 26.3 e 26.9 do edital, uma vez que o atestado de capacidade técnica fornecido pela mesma não contempla o objeto licitado.

Compulsando-se os autos do processo licitatório, tem-se que os atestados de capacidade técnica apresentado pela licitante M2 Engenharia,



realmente não guardam relação com o objeto ora licitado no presente certame. Ocorre que os atestados apresentados, dizem respeito a obra de reforma e ampliação de escola no Município de Patrocínio - MG, sem contudo demonstrar, ter sido tal obra da monta da obra ora licitada pelo Município de Monte Carmelo.

Vejamos o que disciplina o edital quanto a capacidade técnica:

26.3 - A capacitação técnica do profissional será atestada mediante a apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida (s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove a execução de obra ou serviço de características **semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo** do objeto deste Edital, em nome do Responsável Técnico. O Profissional deverá comprovar a execução dos seguintes tipos de serviços: **Execução de Obra de Construção de Salas de Aula/ Escola.**

Veja que o item estabelece que o profissional e ou a licitante deverão comprovar a execução dos seguintes serviços: **“Execução de Obra de Construção de Salas de Aula/ Escola”**, o que claramente não é demonstrado no atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante M2 Engenharia e Construtora Ltda, uma vez que seu atestado de capacidade técnica diz respeito á reforma de escola e ampliação, sem contudo demonstrar a efetiva construção de escola/sala de aula.

Dessa forma, merece provimento a irresignação da Licitante Séculus Construtora Ltda, quanto à inabilitação da Licitante M2 Engenharia e Construtora Ltda, uma vez que a mesma não cumpriu o que exigia o item 26.3,

no que diz respeito aos atestados de capacidade técnica, conforme alhures demonstrado.

**III. 1 - DA HABILITAÇÃO DA LICITANTE TELECO ENGENHARIA  
LTDA - DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA QUE  
ATENDEM AO QUE DETERMINA O TERMO DE COMPROMISSO  
"PAR" FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E O FNDE - FUNDO  
NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Já em relação ao pedido de inabilitação da Licitante Teleco Engenharia Ltda, tem que razão não assiste á Licitante Recorrente Séculus Construtora, conforme será demonstrado a seguir.

Ocorre que o edital quanto aos itens 26.2, 26.4 e 27.1, assim previa:

26.2 - Para atendimento às qualificações Técnico-Profissional, a licitante deverá apresentar a Prova de Inscrição ou Registro do licitante e do Engenheiro Civil - RT, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação;

26.4 - A Certidão de Acervo Técnico - CAT será exigida do profissional descrito a seguir, legalmente habilitado, que responderá como Responsável Técnico pela execução da obra:

a) - Engenheiro Civil, devidamente registrado (s) no CREA para comprovação da execução dos itens descritos neste Edital;

27.1 - Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto.

De fato o Representante da Licitante Teleco Engenharia Ltda, juntou com seus documentos de qualificação técnica, qualificação profissional referente a um profissional "Arquiteto", registrado junto ao CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo e não o registro de profissional junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Da mesma forma, tem-se que a Licitante Teleco Engenharia Ltda, apresentou a Certidão de Acervo Técnico - CAT - expedida em nome de profissional registrado junto ao CAU e não ao CREA, bem como Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CAU, referente ao responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços, em desacordo com o exigido no edital.

Acontece que neste ponto, o edital restringia a participação de profissionais e empresas registradas junto ao CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em afronta ao que determina o Termo de Compromisso PAR nº 110762, firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que assim disciplina acerca da matéria objeto de irresignação da Licitante Séculus:

V - Indicar profissional devidamente habilitado, da área de engenharia civil ou arquitetura, para exercer as funções de fiscalização da(s) obra(s), com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA).



Já o manual de Obras Convencionais assim estabelece:

“Assessoria técnica (engenharia/arquitetura)

É imprescindível o acompanhamento técnico por profissional de engenharia ou arquitetura credenciado junto ao respectivo conselho de classe (CREA/CAU), para a interpretação dos projetos, orientação ao executor, acompanhamento da execução, inclusive verificando a qualidade e quantidade dos materiais e serviços executados. Seu trabalho ainda engloba: [...]

3.1 – ART / RRT – Responsabilidade Técnica É necessário o registro de ART/RRT de execução no respectivo conselho do profissional, uma vez que é esse documento que define, para todos os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução da obra. Fica sujeito à Anotação de Responsabilidade no CREA todo contrato para execução de obra ou prestação de serviço de Engenharia, bem como o desempenho de cargo ou função para a qual sejam necessários habilitação legal e conhecimento técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Ressalta-se que de acordo com a Lei nº 6.496/77 é obrigatória para obras e serviços sujeitos à fiscalização do Sistema Confea/Crea a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, sendo que para o profissional, o registro da ART garante a formalização do respectivo acervo técnico, e para a sociedade, a ART serve como um instrumento de defesa, pois formaliza o compromisso do profissional com a qualidade dos serviços prestados. Deve-se atentar para: – a ART/RRT só é válida mediante seu pagamento e apresentação do comprovante de pagamento ou de conferência no site do CREA/CAU; – deve o profissional e o contratante guardar as vias assinadas da ART/RRT com o objetivo de documentar o vínculo contratual; – o profissional deve manter uma via da ART/RRT no local da obra ou serviço; – para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART/RRT correspondente; – a baixa da ART/RRT não



exime o profissional ou a pessoa jurídica contratada das responsabilidades administrativas, civil ou penal, conforme o caso.”

Dessa forma, em que pese o edital fazer referência somente à participação de empresas que apresentem como responsável técnico engenheiro civil, com inscrição junto ao CREA, tem-se que essa exigência fere o estabelecido no termo de compromisso firmado entre o Município de Monte Carmelo e o FNDE, razão pela qual deve ser mantida a habilitação da Licitante Teleco Engenharia Ltda, uma vez que cumprida as exigências editalícias com a apresentação dos documentos expedidos pelo CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

#### **IV - DA INABILITAÇÃO DA LICITANTE RBC - CAETANO SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**

A Licitante RBC - Caetano Silva Construções EIRELI, insurge contra sua inabilitação, por não ter realizado a visita técnica, a teor do que disciplinava o item 42 e seguintes do edital, tendo inclusive lavrado junto à polícia militar de Monte Carmelo, boletim de ocorrência acerca do tema.

Para tanto, em seu recurso, sustenta a licitante RBC Caetano, que compareceu no prédio da prefeitura municipal de Monte Carmelo na data de 14/06/2019, às 16:05, para realização de cadastro e visita técnica, não sendo a mesma realizada em virtude de não haver servidor responsável pela realização da visita naquela data.

Assim, requer seja considerado habilitado para o certame, tendo em vista seu comparecimento à Prefeitura Municipal, para realização da

visita técnica, que somente não ocorreu por não haver funcionário disponível quando de seu comparecimento na prefeitura municipal.

Contudo, razão não assiste à licitante RBC - Caetano Silva Construções EIRELI, uma vez que o edital assim disciplinava:

42 - Os licitantes deverão efetuar visita ao local da obra, a fim de tomarem conhecimento das condições do local para o cumprimento das obrigações objeto desta Tomada de Preços.

42.1 - A visita técnica deverá ser agendada, devendo ser realizada até o último dia útil anterior à data fixada para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes de Documentação e Proposta, ou seja, até o dia 14 de junho de 2019. As visitas deverão ser agendadas pelo Fone: (34) 3842-5880, das 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas, no setor de Licitação e será realizada pelo Engenheiro da Prefeitura de Monte Carmelo. Ponto de encontro: setor de Licitação/Convênio. Situado na Avenida Olegário Maciel, 129 - segundo andar - Centro -Monte Carmelo - MG.

[...]

42.3 - Será emitido Atestado de comparecimento à Visita Técnica pelo Município, que deverá ser juntado ao envelope de Documentação.

Veja-se que o edital é claro quanto á exigência de agendamento da visita técnica até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, que ocorreria em 17/06/2019, sendo assim seu último dia útil anterior a data de 14/06/2019.

Ocorre que o representante da licitante RBC - Caetano Silva Construções EIRELI, compareceu á sede da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, somente no dia 14/06/2019, já no fim do expediente, sem contudo ter realizado o agendamento conforme previa o item 42.1 do edital.

Dessa forma, ante a ausência de agendamento, na hora em que o Licitante procurou o departamento de engenharia e de licitação do Município, não havia no local engenheiro disponível para acompanhamento da visita técnica, como disciplinado pelo item 42.1 do edital.

Assim, impossível atribuir ao Município a responsabilidade pela desídia do representante da Licitante RBC - Caetano Silva Construções EIRELI, que deixou de agendar a visita técnica junto ao setor responsável de licitação, dando causa assim para a não realização da visita técnica por falta de agendamento, bem de como de profissional engenheiro para acompanhar a visita técnica pelo mesmo motivo, qual seja a não realização de agendamento.

Portanto, razão não assiste ao Licitante RBC - Caetano Silva Construções EIRELI, devendo sua inabilitação ser mantida.

## CONCLUSÃO

Por todo o exposto a Procuradoria Jurídica do Município de Monte Carmelo, opina pelo conhecimento dos Recursos contra Habilitação/Inabilitação apresentado por Séculus Construtora Ltda e RBC - Caetano Silva Construções EIRELI, para no mérito opinar pela improcedência do Recurso apresentado pela licitante RBC - Caetano Silva Construções EIRELI, e pelo parcial provimento do Recurso apresentado pela

Licitante Séculus Construtora Ltda, apenas para declarar inabilitada a Licitante M2 Engenharia e Construtora Ltda.

É o nosso entendimento, salvo melhor juízo.

Sendo assim, tendo em vista o cumprimento do presente, encaminhamos os autos à Comissão de Licitação, para apreciação do Parecer Jurídico exarado.

Monte Carmelo-MG 08 de julho de 2019.



Marlon Vieira Rocha Junior  
OAB / MG 143.307  
Advogado